



\*69552.10004\*

*Novo andado  
6/6/13  
Ana Amélia*

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

**REQUERIMENTO Nº 28, DE 2013 – CRA**

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia **09/08/2013**, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dentro da programação do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão, com o objetivo de discutir soluções para o **Endividamento dos Produtores Rurais da Região Sul**, com os seguintes convidados:

- Sr. **Osmar Dias** – Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil;
- Sr. **Neri Geller** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Deputado Federal **Luis Carlos Heinze** – Presidente Interino da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA);
- Deputado Estadual **Edson Brum** – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
- Sr. **Ireneu Orth** – Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Rio Grande do Sul (Aprosoja – RS);
- Sr. **Antônio da Luz** – Economista da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul);
- Sr. **Elton Roberto Weber** – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag);
- Sr. **Celso Ricardo Ludwig** - Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).



\*69552.10004\*

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

## **JUSTIFICAÇÃO**

O tema “endividamento agrícola” tem sido frequentemente abordado pelos Senadores que compõem esta Comissão. De fato, assim como os produtores nordestinos, todos os anos, representantes de produtores rurais de diversos Estados brasileiros realizam protestos, marchas e negociações buscando uma solução para um problema que é crônico no agronegócio brasileiro.

Embora algumas conquistas sejam obtidas temporariamente, como renegociações e abatimentos, as dificuldades climáticas e econômicas, bem como a falta de um seguro agrícola abrangente, forçam os agricultores a requisitar novas soluções governamentais ou enfrentar a ruína financeira.

Além disso, as medidas propostas pelo governo estão longe de solucionar a questão, pois elas não tratam o real problema do financiamento rural: os encargos de inadimplemento. Nos contratos rurais em geral, os encargos de normalidade (aqueles aplicados até a data do vencimento) são inferiores a 12% ao ano, mas os encargos aplicados a partir do vencimento do contrato são muito elevados.

Por conta dessas situações as dívidas de longo prazo, como custeios prorrogados, investimentos e alongamentos, inclusive relativos ao PRONAF já chegam à casa dos 110 bilhões de reais.

Diante do exposto, entendemos que será de grande importância para os produtores rurais a realização desse debate.

Sala das Comissões, *6 de junho de 2013.*

*Senadora Ana Amélia*  
(PP-RS)